

Sumário

Editorial

**Estudo do OEC:
Desemprego e sobreendividamento das famílias**

Eventos

**Com o Prémio Nobel da Paz
2 006,
um novo olhar sobre a pobreza**

**Microcrédito: uma estratégia
para a paz**

Desemprego e sobreendividamento das famílias



Editorial

Depois de quatro anos de ausência, regressa a OEC Notícias, folha informativa do Observatório do Endividamento dos Consumidores. Agora com um formato exclusivamente digital, a OEC Notícias pretende retomar o seu propósito inicial: o de divulgar os estudos do OEC relativos às temáticas do crédito, endividamento e sobreendividamento das famílias.

Nesta edição vamos apresentar parte das conclusões da investigação sobre desemprego e sobreendividamento que o OEC concluiu em Março deste ano. Este estudo permitiu trazer à luz uma realidade que os números (ou a falta deles) não mostra: as histórias de vida de quem contraiu crédito para compra de casa ou de bens de consumo necessários à economia e ao bem-estar familiares e que deixa de poder cumprir pontualmente porque alguém do agregado perdeu o emprego. Esta investigação vem mostrar, através de uma abordagem multidisciplinar, os ajustamentos e desconformidades do comportamento dos indivíduos endividados onerados com créditos, e as razões pelas quais nem todos os que têm dívidas e não têm trabalho deixam de cumprir os seus compromissos financeiros.

A recente atribuição do Nobel da Paz a Muhammad Yunus e ao Banco Grameen pelo seu trabalho em prol do combate à miséria e exclusão social de milhões de pessoas em todo o mundo levou-nos a desafiar dois reputados investigadores portugueses, um da área dos estudos económicos e do microcrédito, outra dos estudos para a paz, a elaborarem dois artigos sobre o significado económico, social, cultural e político desta escolha. A paz não é só a ausência de guerra, mas também de pobreza e de exclusão social.

Catarina Frade

Desemprego e sobreendividamento: um estudo empírico do caso português

Em Março de 2006, o OEC concluiu o projecto de investigação "Desemprego e Endividamento das Famílias", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. O projecto teve em vista estudar os contornos da relação entre desemprego e sobreendividamento, procurando determinar em que medida a perda do emprego e/ou a precarização das condições laborais esteve na origem do aparecimento de situações de ruptura financeira de famílias portuguesas que haviam recorrido ao crédito para habitação e consumo.

A investigação envolveu um intenso trabalho de campo que passou pela realização de um *inquérito aos sobreendividados* que recorreram à DECO durante o ano de 2005, bem como pela realização de *entrevistas presenciais* a alguns daqueles sobreendividados que tinham alegado o desemprego como causa das suas dificuldades e a desempregados fabris com dívidas de créditos. Importa sublinhar que se as limitações da amostra não permitem efectuar generalizações para a população portuguesa, não deixam de fornecer importantes informações sobre o perfil socio-económico e de endividamento destes indivíduos.

Neste e nos próximos números da OEC NOTÍCIAS apresentaremos, em síntese, algumas das principais conclusões deste estudo, cuja versão integral se encontra disponível em www.oec.fe.uc.pt, sob o título "Desemprego e sobreendividamento: contornos de uma ligação perigosa".

I - Diferentes padrões de consumo e de endividamento entre desempregados fabris e sobreendividados da DECO

Entre o grupo dos desempregados fabris e o grupo dos sobreendividados observou-se um perfil distinto quanto aos hábitos de consumo e aos padrões de endividamento (cf. Quadros 1 e 2).

Os desempregados fabris apresentavam um consumo pouco intenso e diversificado, antes e durante a fase de desemprego, e mais direccionado para responder às necessidades básicas. Manifestavam também uma enorme aversão ao crédito e só consideravam socialmente aceitável o crédito para aquisição de habitação. Este perfil de consumo e de endividamento está de acordo com o contexto rural ou semi-urbano em que viviam estes indivíduos e com uma escala de valores mais conservadora, mais favorável à poupança e ao consumo moderado.

Quanto aos sobreendividados da DECO afectados por uma situação de desemprego, constatou-se que os hábitos de consumo, mercê de um estilo de vida marcadamente urbano, se revelavam bastante mais complexos e diversificados. O recurso ao crédito para a aquisição de casa, carro e outros bens de consumo fazia parte dos hábitos de gestão financeira destas famílias, sendo frequentes as situações de multiendividamento. O crédito pessoal e o cartão de crédito serviam, com frequência, para fazer face a despesas correntes.

Cada grupo reagiu de modo diferenciado ao desemprego e às dificuldades financeiras. Ambos procuraram diminuir as despesas de consumo, mas o processo foi mais fácil para o grupo dos desempregados fabris, de há muito habituados a baixos salários e consumos modestos, do que para os sobreendividados. Ambos davam prioridade sobretudo à alimentação e o bem-estar dos filhos. Contudo, as necessidades de consumo associadas aos descendentes partilham das mesmas características de simplicidade e complexidade próprios de cada grupo. Assim, para os sobreendividados, todo e qualquer consumo dos filhos é uma prioridade.

Os desempregados fabris recorreram a aforros pessoais e a apoios familiares para continuar a cumprir pontualmente as suas obrigações financeiras. Já os sobreendividados, com débeis poupanças e fracas redes informais de solidariedade, contrataram novos créditos, de acesso relativamente mais fácil, mas também com elevadas taxas de juro, a fim de pagar dívidas em atraso. Essa experiência foi quase sempre mal sucedida, tendo contribuído para um agravamento da já débil condição financeira dos agregados familiares – “efeito bola de neve”.

Quadro 1– desempregados fabris

	Consumo	Endividamento
A N T E S	Consumo pouco intenso, pouco diversificado e selectivo Estilos de vida rurais (Empresa B) ou semi-urbanos (Empresa A) Despesas concentradas na satisfação das necessidades básicas	Recurso pouco frequente ao crédito (aversão ao crédito formal) Transigência com o crédito à habitação (Empresa A) ou crédito para obras (Empresa B) Não utilização de cartão de crédito Multiendividamento raro
D E P O I S	Ausência de ruptura acentuada no consumo de bens alimentares Redução notável nas despesas em vestuário e calçado Supressão das despesas de lazer Reforço na selecção dos espaços e momentos de aquisição Salvaguarda dos padrões de consumo alimentar dos filhos	Persistência na atitude de rejeição do crédito Prioridade conferida ao pagamento dos créditos, a par da alimentação dos filhos Recurso ocasional ao crédito informal (familiares) Incumprimento raro, de curta duração e apenas no crédito ao consumo Sobreendividamento verificado em apenas um caso, num total de 46 entrevistas

Quadro 2– sobreendividados

	Consumo	Endividamento
A N T E S	Consumo intenso e diversificado Estilos de vida marcadamente urbanos Despesas relacionadas com necessidades básicas e também com lazer e equipamento do lar	Recurso frequente ao crédito (habitação, automóvel, pessoal, de loja, cartão de crédito) Recurso ao cartão de crédito para fazer face a despesas correntes Multiendividamento
D E P O I S	Redução nas despesas relacionadas com a alimentação, vestuário e calçado, cultura e lazer Substituição dos locais de aquisição e dos produtos de marca por outros menos conceituados Salvaguarda dos padrões de consumo dos filhos, por vezes à custa de grandes sacrifícios pessoais Manutenção de alguns serviços como internet e tv cabo	Intensificação do uso dos cartões de loja (com vertente de crédito), cartões de crédito e créditos pessoais para pagamento de outros créditos em atraso (“efeito bola de neve”) Preocupação em manter o pagamento do crédito à habitação Incumprimento quanto aos serviços básicos e outros (condomínio, internet, tv cabo, telemóvel)

eventos

XII Encontro Nacional de Técnicos Profissionais de Informação e Consumo, 6 e 7 de Novembro de 2006, em Vila Nova de Famalicão, organizada pela Câmara Municipal local e pela Associação de Técnicos Profissionais de Informação e Consumo.

Fórum Nacional de debate do Anteprojecto do Código do Consumidor, 15 e 16 de Dezembro de 2006, no Auditório do Teatro do Campo Alegre, Porto, organizado pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo.



Com o Prémio Nobel da Paz 2 006, um novo olhar sobre a pobreza

Manuel Brandão Alves *

Há poucas semanas fomos todos surpreendidos por essa sabrosa novidade que foi a atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2 006 ao Prof. Muhammad Yunus.

O Prof. Muhammad Yunus é, nos tempos modernos, o fundador do grande movimento mundial do microcrédito. Através de soluções simples, envolvendo a concessão de pequenos créditos e de uma confiança ilimitada na capacidade de muitos pobres e excluídos para criarem o seu próprio emprego e produzirem riqueza, Yunus demonstrou que, tanto ou mais que os ricos, os pobres sabem honrar os seus compromissos e para isso não precisam de oferecer garantias sobre o dinheiro objecto de empréstimo.

O conhecimento da novidade começa por nos provocar surpresa: porquê a atribuição de um prémio da paz a um homem que nunca esteve envolvido em conflitos nem teve qualquer acção relevante no meio dos beligerantes? Rapidamente caímos da nossa surpresa para compreender o acerto da decisão do Comité Nobel da Noruega: Yunus não se tornou conhecido pelo seu trabalho no terreno da guerra, mas porque escolheu lutar num espaço que em muito precede a gestação dos conflitos, mas está na sua origem, ou seja, o do combate contra a injustiça.

A injustiça é o primeiro suporte das raízes das guerras. A injustiça constituída pela impossibilidade de se poder ter acesso ao crédito, apenas porque se é pobre, não pode continuar a ser tolerável. Quando se quer vencer a sua situação de pobreza, quando se quer ter um novo projecto de vida, que é também um projecto de investimento sustentável, quando a luta e o trabalho do excluído lhe dá uma nova esperança de vida, mas nos faz, sobretudo a nós, que estamos inseridos no mercado normal, de trabalho e de produção de valor acrescentado, sermos os principais beneficiários, a abertura das portas do crédito começa por ser, apenas, a satisfação dum direito básico de qualquer ser humano.

Não estar atento à possibilidade que constitui o microcrédito enquanto instrumento eficiente de luta contra a pobreza é contribuir para o desperdício de recursos: os pobres continuarão pobres e nós não deixaremos de contribuir com os nossos impostos e os nossos empenhamentos individuais para que esta situação se reproduza.

Não estamos a potenciar situações de endividamento indesejáveis porque estamos a promover o crédito para financiar projectos de investimento de pequena dimensão que se revelam altamente reprodutivos.

Porquê falar de um novo olhar sobre a pobreza?

Ao longo dos tempos fomos habituando a olhar para os pobres como se fizessem parte de um grupo em que os que lá estão, lá permanecerão; os próprios pobres facilmente endogeneizam a ideia de que a pobreza gera pobreza; assim, quem um dia se viu ser pobre dificilmente deixará de o ser. Por isso, a postura para muitos de nós e a da nossa sociedade organizada é a de considerar que se os pobres têm que existir, então o que há a fazer é *cuidar deles*.

A novidade do microcrédito está em olhar para os pobres pelo outro lado da moeda. O movimento do microcrédito não descarta a necessidade de cuidar dos pobres, mas quer privilegiar as acções que impedem que surjam e se desenvolvam. Considera que, a médio e longo prazos, também na luta contra a pobreza, as intervenções preventivas são mais compensadoras do que as acções curativas.

O microcrédito, após ter surgido em meados dos anos 70 no Bangladesh já permitiu que, até hoje, mais de 100 milhões de pessoas pobres tivessem podido dar um novo rumo às suas vidas. Espera-se que, até 2 015, possam vir a estar por ele envolvidas mais de 500 milhões de deserdados. É uma grande esperança para a luta pela erradicação de pobreza.

Está-se a desenrolar em Halifax, no Canadá, a 2ª Cimeira Mundial do Microcrédito. Estamos todos ansiosos por conhecer as orientações operacionais que daí vão surgir. Vamos continuar a alimentar a esperança de que um mundo mais justo e de mais bem estar é possível, mas não acontece com nenhuma manhã de nevoeiro.

Em Portugal fazemos microcrédito desde 1 999. O seu promotor foi a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). Desde então foram criadas já mais de 650 empresas e a percentagem de sucesso do capital investido aproxima-se dos 93%. Há empresas em todas as áreas de actividade; o microcrédito estende-se a todas as regiões do Continente. Recentemente foi, também, implementado nos Açores.

Na sequência da celebração, durante o ano de 2 005, do Ano Internacional do Microcrédito, estamos a assistir a um grande dinamismo na criação de instituições e parcerias que anunciam a prática do microcrédito. Todos devemos ficar muito felizes que tal possa acontecer. A dimensão da pobreza é, infelizmente, demasiado ampla para que possamos dispensar qualquer boa iniciativa.

Há, porém, uma precaução que deve ser tida em consideração: o microcrédito tem como finalidade as pessoas e não o negócio de que poderiam ser consideradas instrumento. Por isso, alguma clarificação poderá ser desejável, com vista a que os que deveriam ser sujeitos do microcrédito não se venham a tornar no seu objecto.

11 de Novembro de 2 006

* Professor Catedrático do ISEG – UTL e Presidente da Direcção da Associação Nacional de Direito ao Crédito



Microcrédito: uma estratégia para a paz

Paula Duarte Lopes **

O Prémio Nobel da Paz deste ano foi concedido ao Banco Grameen e ao economista indiano Muhammad Yunus, seu fundador. Yunus não é conhecido por ter participado ou patrocinado negociações para a resolução de um qualquer conflito, não é conhecido por iniciativas associadas à protecção dos direitos humanos, ou por ser um activista conhecido a favor da paz. Em que se fundamentou então a academia norueguesa para escolher um economista e o seu banco para laureados do Nobel da Paz de 2006? Todos sabemos que não existem fórmulas secretas para trazer paz ao mundo, mas Yunus sugere-nos exactamente o contrário. Não uma fórmula, mas uma estratégia, e não secreta, mas pública, para despoletar um desenvolvimento

sustentável e sustentado ao nível das famílias mais necessitadas.

Aquando do seu regresso ao Bangladesh, nos anos '70, Yunus sentiu-se desiludido e frustrado com todas as teorias que tinha aprendido e que desenvolvia na Universidade Chittagong face à pobreza que o rodeava. Decidido a contribuir com os seus conhecimentos para alterar esta situação, saiu à rua para tentar perceber porque é que pessoas que trabalhavam todos os dias, de sol-a-sol, não conseguiam ganhar o suficiente para sobreviver. As suas observações e reflexões permitiram-lhe concluir que "a pobreza não era um problema pessoal devido a preguiça ou falta de inteligência, mas um [problema] estrutural: falta de capital."¹ E para este problema havia uma solução simples: crédito. Talvez não tão simples como pode parecer à primeira vista. Yunus estava a referir-se à concessão de crédito aos mais pobres dos pobres, os quais não têm bens nem rendimentos para hipotecar em troca de crédito.

A abordagem de Yunus vai de encontro a vários princípios alegadamente consolidados. Primeiro, Yunus advoga uma abordagem de desenvolvimento de 'baixo-para-cima', ou seja, sem partir de um programa de desenvolvimento previamente

definido de 'cima-para-baixo', com base nas necessidades das pessoas individualmente. Segundo, a sua estratégia rejeita o princípio fundamental das instituições de crédito modernas de que os pobres não têm idoneidade e, conseqüentemente, não se lhes pode conceder crédito. E, finalmente, Yunus condiciona a concessão de crédito a decisões que os receptores têm de tomar e pelas quais se têm de responsabilizar, decisões associadas a questões tão transversais e estruturais como educação, higiene, alimentação, justiça, habitação, costumes ou entre-ajuda comunitária. Tudo aspectos que as teorias de desenvolvimento sempre alegaram que decorreriam do crescimento económico, inicialmente, e, posteriormente, do desenvolvimento económico e humano. Yunus combina uma abordagem inovadora de combate à pobreza e de alteração de usos e costumes através da educação, da participação e responsabilização das receptoras do crédito. Toda esta estratégia é ainda mais revolucionária por não praticar a concessão de grandes montantes, mas sim de créditos tão pequenos quanto 7 euros. Mais, a pouco e pouco, os clientes do Banco Grameen começaram a tornar-se accionistas do próprio Banco, para além de serem eles próprios os funcionários das mais de 2.185 agências.

O sucesso da abordagem de Yunus não reside apenas na sua inovação, mas nos resultados conseguidos: desde a sua criação (1983), o Banco Grameen concedeu cerca de 4,475 mil milhões de euros, tendo, até à data, atingido uma taxa de 98.85% de retorno. Um outro aspecto relevante desta estratégia é que das 6,61 milhões pessoas que receberam crédito do Banco Grameen, 97% são mulheres. As taxas de juro praticadas variam entre 20% e 0%, consoante a situação económico-social das famílias (distinção dos beneficiários potenciais em geral e de mendigos) e o destino do crédito (actividade produtiva, habitação ou educação).

A estratégia de Yunus e os resultados do Banco Grameen são de louvar, mas como contribuem esta estratégia e estes resultados para a paz? Johan Galtung² distingue dois tipos de violência, a violência directa e a violência estrutural. A primeira inclui a perda de vidas, a violência física e psicológica cujas consequências são facilmente reconhecíveis. Por isso mesmo, a maior parte das estratégias em favor da paz concentram os seus esforços no combate à violência directa. O segundo tipo de violência é normalmente menos visível, entrincheirada em estruturas sociais, normalizada por instituições estáveis e por práticas regulares. No entanto, reconhece-se hoje que a violência estrutural está demasiadas vezes na base da violência directa. Assim, muitos têm argumentado que os esforços sobre a violência directa não passam de paliativos necessários, mas insuficientes, uma vez que a verdadeira luta pela paz tem de ser travada ao nível da violência estrutural. A violência estrutural é caracterizada pelo acesso desigual institucionalizado a recursos, poder político, serviços de saúde ou educação, sistema legal por grupos de pessoas com base em critérios de género, de etnia, de nacionalidade ou de poder de compra. Desta forma, a pobreza generalizada, endémica, extrema são elementos de violência estrutural. É exactamente esta a ligação entre o trabalho desenvolvido por Yunus e o Banco Grameen e a paz.

Já durante a Conferência para a criação das Nações Unidas, em 1945, o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América,

Edward Stettinius afirmou "A batalha pela paz tem de ser combatida em duas frentes. A primeira é a frente da segurança onde a vitória leva à liberdade do medo. A segunda é a frente económica e social onde a vitória significa liberdade da necessidade. Apenas a vitória nas duas frentes pode assegurar o mundo uma paz duradoura.."³. Nos anos 90, esta ligação foi institucionalizada na 'Agenda para a Paz' do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Gali. O ex-Secretário-Geral reconhece que, para combater as causas de conflitos e da guerra, é necessário envidar "esforços para melhorar o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, promover um desenvolvimento económico e social sustentável para uma prosperidade mais generalizada, aliviar o desespero e mitigar a existência e uso de armas de destruição massiva"⁴. Paralelamente a questões de segurança e direitos fundamentais, reconhece-se como um obstáculo à paz a falta de desenvolvimento económico e social sustentável.

Bruce Russett e John O'Neal⁵, por exemplo, recuperam os três elementos do sistema Kantiano, argumentando que a paz é resultado da triangulação da democracia, organizações internacionais e interdependência económica. O desenvolvimento económico e social constituem elementos inerentes a uma dinâmica de paz duradoura.

O trabalho que Yunus e o Banco Grameen desenvolvem vai directamente ao encontro desta dinâmica, uma vez que as suas actividades implicam exactamente a triangulação do desenvolvimento, ao concederem crédito aos mais pobres, da democracia, ao condicionarem esse crédito à participação dos mais marginalizados da sociedade, e da consolidação de instituições, ao disseminarem agências do Banco Grameen, onde os receptores participam e trabalham, associando a concessão de crédito à alteração de determinadas práticas sociais, como, por exemplo, o pagamento de dotes de casamentos. O sistema de microcrédito iniciado por Yunus e institucionalizado pelo Banco Grameen consolida esta abordagem integrada e afecta directamente as raízes mais profundas da ausência de paz.

A escolha da academia norueguesa reflecte um alargamento da definição de paz ao incluir esforços no combate à violência estrutural. Mais de meio século após a Conferência da criação das Nações Unidas e três décadas depois de Yunus ter concedido o primeiro microcrédito, começa-se a identificar uma alteração da abordagem internacional ao esforço de desenvolvimento e de promoção da paz. O anúncio oficial da concessão do Prémio Nobel da Paz deste ano refere explicitamente que "a paz duradoura não pode ser atingida a menos que grandes grupos populacionais encontrem formas de sair da pobreza"⁶ e que apesar do microcrédito por si só não ser suficiente para assegurar uma paz duradoura, este sistema tem um papel principal neste esforço. Assiste-se a uma ampliação do conceito de paz. A academia norueguesa quis concentrar atenções na luta contra a pobreza no mundo, ao reconhecer uma relação directa entre desenvolvimento económico e social e a paz.

** Investigadora do Núcleo de Estudos para a Paz do CES
Professora do Núcleo de Relações Internacionais da FEUC

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/apresentacao.php>

¹ Muhammad Yunus, disponível em <http://www.grameen-info.org/agrameen/profile.php3?profile=2>, consultada em 30 de Outubro de 2006.

² Johan Galtung (1969) "Violence, peace and peace research" *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.

³ Representante dos Estados Unidos da América no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, disponível em http://www.usunnewyork.usmission.gov/98_129.htm, consultada em 31 de Outubro de 2006.

⁴ Boutros Boutros-Gali (1992) *An Agenda for Peace: preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping*. Disponível em <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>, consultada em 31 de Outubro de 2006.

⁵ Bruce Russett e John O'Neal (2001) *Triangulating Peace: Democracy, Interdependence, and International Organizations*. New York, London: W. W. Norton & Company.

⁶ Anúncio oficial disponível em http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/announcement.html, consultada em 2 de Novembro de 2006.